



**RELATÓRIO DE GESTÃO E  
DEMONSTRAÇÕES  
FINANCEIRAS CONSOLIDADOS**

**2016**

# **CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA**

## **RELATÓRIO DE GESTÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADOS**

**2016**

## ÍNDICE

	Pág.
Relatório de Gestão Consolidado _____	4
Balanço Consolidado _____	14
Demonstração de Resultados Consolidada _____	17
Fluxos de Caixa Consolidados _____	19
Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados Consolidados _____	21

## **Relatório de Gestão Consolidado**

## 1 Introdução

Nos termos do nº 1 do art.º 74.º da Lei nº 73/2013, de 3 de Setembro, *“o regime relativo à contabilidade das autarquias locais, das entidades intermunicipais e das suas entidades associativas visa a sua uniformização, normalização e simplificação, de modo a constituir um instrumento de gestão económico-financeira e permitir o conhecimento completo do valor contabilístico do património, bem como a apreciação e julgamento das contas anuais”*. O artigo atrás citado acrescenta, através do seu nº 2, que *“a contabilidade das entidades referidas no número anterior respeita o Plano de Contas em vigor para o sector local, podendo ainda dispor de outros instrumentos necessários à boa gestão e ao controlo dos dinheiros e outros ativos públicos, nos termos previstos na lei”*. O presente relatório que anexa as contas consolidadas visa dar cumprimento a esta obrigação legal.

Na elaboração dos documentos de prestação de contas consolidadas, foi observada a orientação nº 1/2010, aprovada pela Portaria 474/2010, de 15 de Junho, tendo a operação de consolidação sido suportada na elaboração de um mapa de fluxos de caixa consolidado e um anexo às Demonstrações Financeiras.

De acordo com a mesma Portaria, são estabelecidos um conjunto de princípios orientadores e os requisitos mínimos que devem estar subjacentes à consolidação de contas das entidades públicas administrativas e que de, acordo com o seu artigo 3º, são de aplicação obrigatória, bem como as instruções do SATAPOCAL, de maio de 2011, e de maio de 2015.

## 2 Entidades do perímetro de consolidação

As contas consolidadas integram, para além das relativas ao Município de Lisboa (ML), as das entidades do perímetro de consolidação, constituindo-se assim o designado Universo Municipal: EMEL – Empresa Municipal de Estacionamento de Lisboa, EGECAC – Empresa de Gestão de Equipamentos de Animação Cultural, GEBALIS – Gestão de Bairros Municipais de Lisboa e LISBOA OCIDENTAL SRU (empresas cujo capital é integralmente detido pelo ML).



## 3 Breve análise das demonstrações financeiras consolidadas

Conforme é conhecido, a dimensão da actividade empresarial local no Universo Municipal relativamente à directamente desenvolvida pelo ML é reduzida – por exemplo, o total dos Ativos das empresas municipais é de 138 milhões de euros, que representam 4,4% do total do ativo do Município individualmente considerado e o total da facturação de vendas e serviços é de 61 milhões de euros que compara com os 573 milhões obtidos pelo Município.

Deste modo, as contas consolidadas agora apresentadas estão essencialmente marcadas pela evolução da situação económica e financeira do Município em 2016, quando individualmente considerado. Todos os aspectos positivos conseguidos e já relevados no Relatório de Gestão das Contas Individuais de 2016, são confirmados pelos dados consolidados, tanto mais que as empresas municipais apresentam igualmente uma situação de equilíbrio, quer no seu conjunto, quer quando consideradas individualmente.

### 3.1 Situação económica e financeira – variação face ao ano anterior

#### 3.1.1 – Análise do Balanço Consolidado

unidade: milhares de euros

Descrição	Consolidado do Município de Lisboa		Varição
	2016	2015	2016-2015
	Ativo Líquido	Ativo Líquido	Ativo Líquido
<b>ATIVO</b>			
Imobilizações	2.679.871	2.750.020	-70.148
Investimentos Financeiros	39.238	35.192	4.046
Existências	3.880	4.215	-335
Dívidas de terceiros - curto prazo	167.505	148.627	18.879
Depósitos em instituições financeiras e caixa	138.867	163.857	-24.989
Acréscimos e diferimentos	183.095	152.291	30.804
<b>Total do ativo</b>	<b>3.212.457</b>	<b>3.254.201</b>	<b>-41.744</b>
<b>FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos Próprios:</b>			
Património	2.077.572	2.077.572	-
Resultados transitados e Reservas	-114.850	-263.439	148.588
Resultado líquido de exercício	61.289	202.425	-141.135
<b>Total dos fundos próprios</b>	<b>2.024.011</b>	<b>2.016.558</b>	<b>7.453</b>
<b>Passivo:</b>			
Provisões para Riscos e Encargos	248.188	212.865	35.323
Dívidas a Terceiros - médio e longo prazo	485.600	529.806	-44.206
Dívidas a Terceiros - curto prazo	180.281	222.973	-42.693
Acréscimos e Diferimentos	274.378	271.999	2.379
<b>Total do passivo</b>	<b>1.188.446</b>	<b>1.237.643</b>	<b>-49.197</b>
<b>Total dos fundos próprios e do passivo</b>	<b>3.212.457</b>	<b>3.254.201</b>	<b>-41.744</b>

- O valor do ativo consolidado é de 3.212,5 milhões de euros, composto essencialmente pelo valor apresentado no balanço individual do Município de Lisboa, entidade consolidante, em 3.154 milhões de euros, cerca de 98%.
- Comparativamente com o ano de 2015, verifica-se que as imobilizações decresceram cerca de 70,1 milhões de euros, resultado de operações efetuadas no Município, relativas a abates e regularizações, com destaque para 72,4 milhões de euros em edifícios.
- O aumento do valor da rubrica acréscimo de proveitos de 26,4 milhões de euros, deve-se ao registo do valor dos impostos a receber em 2017.
- Os fundos próprios apresentam um valor de 2.024 milhões de euros, verificando-se uma variação positiva de 7,4 milhões de euros, comparativamente com o exercício anterior.

- No que se refere ao passivo, registou-se um decréscimo líquido de 49,2 milhões de euros, reflexo da diminuição de 42,7 milhões de euros em dívidas a terceiros de curto prazo, decréscimo de 44,2 milhões de euros em dívidas a terceiros de médio longo prazo compensadas por um reforço nas provisões para riscos e encargos de 35,3 milhões de euros, resultado da normal amortização dos valores em dívida, relativos a processos judiciais em curso.

### 3.1.2 - Demonstração de resultados consolidada

unidade: milhares de euros

	Consolidado do Município de Lisboa		Varição
	2016	2015	2016-2015
<b>CUSTOS E PERDAS</b>			
Fornecimentos e serviços externos	162.589	146.654	15.935
Custos com o pessoal	228.548	225.636	2.912
Transferências e subsídios correntes concedidos	89.949	87.103	2.846
Amortizações do exercício	48.835	32.113	16.722
Provisões do exercício	81.921	16.031	65.890
Outros custos	133.799	58.579	75.220
Resultado líquido do exercício	61.289	202.425	-141.135
	<b>806.930</b>	<b>768.542</b>	<b>38.388</b>
<b>PROVEITOS E GANHOS</b>			
Vendas e prestações de serviços	163.725	152.168	11.557
Impostos e taxas	463.561	408.933	54.628
Transferências e subsídios obtidos	40.025	37.292	2.733
Outros proveitos	30.426	18.284	12.142
Proveitos e ganhos extraordinários	109.193	151.865	-42.671
	<b>806.930</b>	<b>768.542</b>	<b>38.388</b>

- O resultado líquido consolidado é de 61,3 milhões de euros, apresentando um decréscimo de 141,1 milhões de euros comparativamente com o exercício anterior.
- Durante este exercício verificou-se um acréscimo de custos de 179,5 milhões de euros e um aumento de proveitos de 38,4 milhões de euros. O acréscimo dos custos deve-se essencialmente ao acréscimo das provisões do exercício relativas a processos judiciais do Município e dos custos extraordinários, principalmente no que se refere às amortizações extraordinárias.

O acréscimo dos proveitos é reflexo do aumento na cobrança de impostos no Município, essencialmente no que se refere ao Imposto Municipal de Transações (IMT), devido à conjuntura económica da cidade de Lisboa, por relação com o mercado imobiliário, compensado parcialmente com a diminuição dos proveitos extraordinários.



### 3.2 Situação económica e financeira consolidada

Comparando o contributo para os números consolidados da atividade do Município, por um lado, e do conjunto das empresas municipais, por outro, são apresentados os balanços e as demonstrações de resultados muito sintetizados:

#### BALANÇO

unidade: milhares de euros

Descrição	Consolidado do Município de Lisboa	Município de Lisboa	Variação	
	2016			
	Ativo Líquido	Ativo Líquido	Ativo Líquido	% ML
<b>ATIVO</b>				
Imobilizações	2.719.109	2.678.675	40.434	99%
Ativo circulante	310.253	304.133	6.119	98%
Acréscimos e diferimentos	183.095	171.162	11.933	93%
<b>Total do ativo</b>	<b>3.212.457</b>	<b>3.153.970</b>	<b>58.487</b>	<b>98%</b>
<b>FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO</b>				
Fundos Próprios	2.024.011	2.025.208	-1.198	100%
Total dos fundos próprios	2.024.011	2.025.208	-1.198	100%
<b>Passivo:</b>				
Provisões para Riscos e Encargos	248.188	246.871	1.317	99%
Dívidas a Terceiros	665.880	636.155	29.725	96%
Acréscimos e Diferimentos	274.378	245.736	28.642	90%
Total do passivo	1.188.446	1.128.762	59.685	95%
<b>Total dos fundos próprios e do passivo</b>	<b>3.212.457</b>	<b>3.153.970</b>	<b>58.487</b>	<b>98%</b>

Como se pode verificar no quadro acima, no exercício de 2016, os valores do balanço consolidado não apresentam variações significativas relativamente ao balanço individual do Município.

#### DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

unidade: milhares de euros

	Consolidado do Município de Lisboa	Município de Lisboa	Variação	% ML
	2016			
<b>CUSTOS E PERDAS</b>				
Fornecimentos e serviços externos	162.589	126.683	35.905	78%
Custos com o pessoal	228.548	204.927	23.621	90%
Outros custos	354.505	358.174	-3.670	101%
Resultado líquido do exercício	61.289	58.059	3.230	95%
	<b>806.930</b>	<b>747.844</b>	<b>59.087</b>	<b>93%</b>
<b>PROVEITOS E GANHOS</b>				
Vendas e Impostos e Taxas	627.286	572.584	54.702	91%
Outros proveitos	70.451	68.177	2.273	97%
Proveitos e ganhos extraordinários	109.193	107.082	2.111	98%
	<b>806.930</b>	<b>747.844</b>	<b>59.087</b>	<b>93%</b>

Como se pode verificar no quadro acima, no exercício de 2016, os valores de custos e proveitos das contas consolidadas relativamente às contas individuais do Município não apresentam variações muito significativas, destacando-se, no entanto, o valor das vendas e impostos e taxas, onde se encontram registados cerca de 22,8 milhões de euros, 17,5 milhões de euros e 14,4 milhões de euros, relativos às empresas EMEL, Gebalis e EGEAC, respetivamente.

### 3.3 Situação económica e financeira das empresas municipais do Universo Municipal

#### EMPRESAS MUNICIPAIS - dados e indicadores sobre a situação financeira

<b>Dados Anuais 2016</b>				
Unid: milhares de euros				
<b>Empresa</b>	<b>EGEAC</b>	<b>EMEL</b>	<b>GEBALIS</b>	<b>SRU</b>
<b>Capital Social</b>	449	14.000	1.300	2.000
<b>Activo Líquido</b>	14.947	63.539	23.568	36.254
<b>Activo Não Corrente</b>	7.516	37.809	464	31.093
<b>Activo Corrente</b>	7.431	25.730	23.104	5.161
<b>Capital Próprio</b>	5.240	18.082	2.877	17.061
<b>Resultados Líquidos</b>	9	2.395	183	0
<b>Passivo Total</b>	9.707	45.457	20.691	19.193
- Passivo Não Corrente	1.900	4.695	11.821	16.100
- Bancário	-	4.039	10.960	16.100
- Passivo Corrente	7.807	40.762	8.870	3.093
- Bancário	-	316	913	-
- Fornecedores	2.512	34.603	1.562	2
<b>Total de Rendimentos</b>	21.773	30.903	23.478	1.599
<b>Volume de Negócios <sup>(1)</sup></b>	21.028	29.448	23.321	1.237
- Subsídios à Exploração	6.673	-	5.800	1.154
<b>Total de Gastos</b>	21.661	28.221	23.237	1.596
<b>Gastos de Exploração <sup>(2)</sup></b>	12.067	13.667	16.046	880
<b>Custos com o Pessoal</b>	8.278	10.394	4.465	484
<b>N.º Empregados</b>	318	500	192	14
<b>Margem Bruta</b>	8.961	15.781	7.275	357
<b>Divida para efeitos legais <sup>(3)</sup></b>	8.580	43.938	19.193	17.179

(1) Inclui subsídios à Exploração

(2) CMVMC + FSE

(3) Endividamento Líquido por efeitos da Lei nº2/2007 e a Divida Total por efeito da Lei nº 73/2013.

Relativamente a cada uma das empresas municipais, releva-se:

- EGEAC – Evolução positiva da situação económico-financeira da empresa, com diminuição do deficit de exploração, por relação sobretudo com o aumento do fluxo turístico, o que permitiu a diminuição do subsídio de exploração de 2016 (com valor inicial previsto de 6,0 milhões de euros, mais 2,6 milhões de euros pela inclusão em Julho de 2016 de novos equipamentos).
- EMEL – A situação económico-financeira da empresa progrediu de forma positiva, pelo alargamento da área de intervenção da empresa a todo o território do concelho de Lisboa, conduzindo a um aumento das Vendas e Prestações de Serviços em 36,4 mil euros (+ 0,1%) face ao período homólogo.

Em 2015, no âmbito da reconciliação de saldos entre a EMEL e a CML a empresa procedeu à internalização de um conjunto de custos identificados na Proposta 132/CM/2016 de 23 de março, através da diminuição do ativo por contrapartida de resultados transitados, no montante de 6,8 milhões de euros.

A EMEL irá proceder, em 2017, a um aumento de capital por conversão de créditos detidos pelo Município de Lisboa, no valor de 18,0 milhões de euros, no quadro da expansão da área de intervenção da empresa, a qual, por força da deliberação nº 236/AML/2016 de 19 de junho, foi alargada a todo o território do concelho de Lisboa.

- GEBALIS – Releva-se o facto de a empresa ter contratado com um sindicato bancário composto pelo Banco Português de Investimento (BPI) e Caixa Económica Montepio Geral (CEMG), um empréstimo com maturidade de 15 anos, no total de 13,7 milhões de euros, com o objetivo de liquidar os valores em dívida das contas correntes caucionadas a outros bancos, assegurando uma taxa de juro inferior. Esta operação permitiu reduzir de forma expressiva os “juros e gastos similares” em 180,4 mil euros (-26,4%) em 2016 face a 2015, que somam à redução que ocorreu em 2015 face a 2014 (-911,7 mil euros).
- Lisboa Ocidental, SRU - Dada a natureza não comercial da missão da empresa, todos os investimentos em reabilitação urbana são financiados pelo Contrato de Financiamento sob a Forma de Abertura de Crédito celebrado com o IHRU. Este contrato, num total de 16,1 milhões de euros, (com um período de carência de 10 anos e início de amortizações de capital em 2021), já foi desembolsado na totalidade, tendo o último desembolso ocorrido em 2015.

Apesar de a Lisboa Ocidental, SRU cumprir duas das condições de dissolução previstas no nº 1 do artigo nº 62, do RJAELPL, o facto de ser uma sociedade de reabilitação urbana criada ao abrigo do Decreto-Lei nº 104/2004, de 7 de maio, que se rege pelo estipulado no Decreto-Lei nº 307/2009, apenas sujeita às causas de caducidade previstas para as sociedades de reabilitação urbana (SRU).

Em 2015, foi celebrado um Contrato-programa entre o Município de Lisboa e a Lisboa Ocidental, SRU, com vista a financiar as novas intervenções de reabilitação urbana (Proposta nº397/CM/2015); ao abrigo desse Contrato-programa, em 2016, o Município transferiu para a Lisboa Ocidental, SRU, o montante de 2,1 milhões de euros.

Do quadro seguinte infere-se que as empresas cumprem os critérios de equilíbrio definidos no artigo nº 35 do Código das Sociedades Comerciais, artigo nº 40 do Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais e artigo nº 52 do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, pelo que não há qualquer impacto sobre as contas ou endividamento do Município.

### Cumprimento dos requisitos legais

Empresa	Código das Sociedades Comerciais		Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais		Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais <sup>(2)</sup>	
	Capital Próprio (CP) / Capital Social (CS)	Exigência CP / CS > 50% (Art. 35º CSC)	RAI - Result. antes de impostos	Art. 40º Equilíbrio de Contas? (RAI>0) <sup>(1)</sup>	Necessário Transferência de CML ou Reforço de Capital (Art. 40º RJAELPL)	Consolida Dívida com CML (Art 52º Lei n.º 73/2013) <sup>(3)</sup>
EGEAC	1167%	Cumpre <sup>(4)</sup>	113	Cumpre	Não	Não
EMEL	129%	Cumpre	2.682	Cumpre	Não	Não
GEBALIS	221%	Cumpre	241	Cumpre	Não	Não
SRU Ocidental	853%	Cumpre	2	Cumpre	Não	Não

<sup>(1)</sup> O equilíbrio de contas da empresa é dado por  $RAI \geq 0$ , cf art 40º RJAELPL

<sup>(2)</sup> Valor da dívida total, cf art 52º RFALEI, é dado pelo passivo total resultante de operações orçamentais

<sup>(3)</sup> A dívida total da empresa não releva para a dívida municipal quando o  $RAI \geq 0$ , cf art 54º RFALEI e art 41º RJAELPL

<sup>(4)</sup> Apesar de não aplicável conforme artigo 190º da Lei nº7-A/2016 de 30 de março - LEO 2016

Em 2016, as transferências e subsídios realizadas pelo Município de Lisboa para as empresas municipais totalizaram 12,1 milhões de euros, tendo a GEBALIS e a EGEAC absorvido 79,8% dos recursos dirigidos às empresas municipais.

### Transferências e subsídios às empresas municipais

EMPRESAS	Reforço de Cap. Próprios	Cobertura de Prejuízos	Subsídios Investimento	Subsídios de Exploração	Outros	Total	
						Valor	Porcentagem
EGEAC	-	-	-	4.500.000	-	4.500.000	37,2%
EMEL	-	-	-	-	-	-	-
GEBALIS	-	-	-	5.153.884	-	5.153.884	42,6%
SRU Ocidental	-	-	-	2.323.788	124.310	2.448.098	20,2%
<b>Total</b>	-	-	-	<b>11.977.672</b>	<b>124.310</b>	<b>12.101.982</b>	<b>100%</b>

Unid: Milhares de euros

Para a EGEAC transferiram-se os valores parciais respeitantes ao Contrato-programa de 2016, no montante de 4,5 milhões de euros. Relativamente à GEBALIS, para além das transferências respeitantes a Contratos-programa que vêm sendo executados principalmente no que se refere à Proposta 398/2015 (cujo valor global ascende a 25 milhões de euros, distribuídos pelo triénio 2015-2018). No que se refere aos valores transferidos para a Lisboa Ocidental, SRU, são relativos ao Contrato-programa de 2016 (230.000 euros) e Contrato-programa relativo ao

financiamento IHRU/BEI (cobertura do serviço da dívida – 124.310 euros). Adicionalmente, procedeu-se à transferência da segunda tranche do Contrato-programa com o Município, conforme definido na Proposta 397/CM/2015 (2.093.788 euros).

#### **4 Factos relevantes ocorridos após termo do exercício**

A EMEL em 2017 irá proceder a um aumento de capital por conversão de créditos detidos pelo Município de Lisboa sobre a EMEL, no valor de 18,0 milhões de euros, no quadro da expansão da área de intervenção da empresa, que por força da deliberação nº236/AML/2016 de 19 de junho de 2016, foi alargada a todo o território do concelho de Lisboa.

## Balanço Consolidado

## BALANÇO CONSOLIDADO

ANO: 2016

(unidade: Euro)

Código das Contas POCAL		Consolidado do Município de Lisboa				Varição
		2016			2015	2016-2015
		Ativo Bruto	Amortizações e Provisões	Ativo Líquido	Ativo Líquido	Ativo Líquido
	<b>ATIVO</b>					
	Imobilizado					
	Bens de domínio público:					
451	Terrenos e recursos naturais	26.662.880,73		26.662.880,73	20.812.889,69	5.849.991,04
452	Edifícios	2.561.573,25	379.109,15	2.182.464,10		2.182.464,10
453	Outras construções e infra-estruturas	520.629.397,03	156.667.945,03	363.961.452,00	267.338.431,15	96.623.020,85
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	1.978.984,36	408.205,09	1.570.779,27	924.830,22	645.949,05
445	Imobilizações em curso	226.310.346,59		226.310.346,59	283.348.043,25	-57.037.696,66
446	Adiantamento por conta de bens de domínio público	1.676.243,16		1.676.243,16	348.450,37	1.327.792,79
		779.819.425,12	157.455.259,27	622.364.165,85	572.772.644,68	49.591.521,17
	Imobilizações incorpóreas:					
432	Despesas de investigação e de desenvolvimento	1.323.267,44	555.839,15	767.428,29	788.137,85	-20.709,56
433	Propriedade industrial e outros direitos	38.148.832,70	33.921.782,31	4.227.050,39	4.284.582,28	-57.531,89
443	Imobilizações em curso				124.108,30	-124.108,30
		39.472.100,14	34.477.621,46	4.994.478,68	5.196.828,43	-202.349,75
	Imobilizações corpóreas:					
421	Terrenos e recursos naturais	514.327.629,22		514.327.629,22	461.482.143,73	52.845.485,49
422	Edifícios e outras construções	1.054.926.283,44	154.925.493,66	900.000.789,78	856.650.058,59	43.350.731,19
423	Equipamento básico	130.348.952,99	94.482.269,99	35.866.683,00	31.708.196,01	4.158.486,99
424	Equipamento de transporte	16.046.525,79	12.878.047,36	3.168.478,43	2.400.641,12	767.837,31
425	Ferramentas e utensílios	6.287.700,57	5.857.913,90	429.786,67	410.823,88	18.962,79
426	Equipamento administrativo	41.717.102,07	37.950.299,95	3.766.802,12	2.586.965,57	1.179.836,55
427	Taras e vasilhame	16,96	16,96			
429	Outras imobilizações corpóreas	172.615.147,74	169.075.625,28	3.539.522,46	3.066.644,92	472.877,54
442	Imobilizações em curso	582.493.018,37		582.493.018,37	795.966.396,04	-213.473.377,67
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	8.920.108,16		8.920.108,16	17.778.193,89	-8.858.085,73
		2.527.682.485,31	475.169.667,10	2.052.512.818,21	2.172.050.063,75	-119.537.245,54
	Investimentos financeiros:					
411	Partes de capital	29.901.792,56	392.706,95	29.509.085,61	28.708.265,61	800.820,00
412	Obrigações e títulos participação	5.632.156,00		5.632.156,00	2.816.078,00	2.816.078,00
414	Investimentos em imóveis	3.867.209,65	428.505,92	3.438.703,73	2.998.172,56	440.531,17
415	Outras aplicações financeiras	30.768,78		30.768,78	18.207,44	12.561,34
441	Imobilizações em curso	627.184,58		627.184,58	651.274,30	-24.089,72
		40.059.111,57	821.212,87	39.237.898,70	35.191.997,91	4.045.900,79
	Circulante:					
	Existências:					
36 e 386	Matérias primas, subsidiárias e de consumo	3.791.672,34		3.791.672,34	4.129.213,67	-337.541,33
32 e 382	Mercadorias	115.990,51	27.575,35	88.415,16	86.039,00	2.376,16
		3.907.662,85	27.575,35	3.880.087,50	4.215.252,67	-335.165,17
	Dívidas de terceiros - curto prazo:					
211	Clientes, c/c	15.269.068,90	953.016,37	14.316.052,53	9.163.094,28	5.152.958,25
212	Contribuintes, c/c e Taxas	19.431.682,57		19.431.682,57	14.631.552,01	4.800.130,56
213	Utentes, c/c	6.563.475,00		6.563.475,00	1.451.076,00	5.112.399,00
218	Clientes, contrib., utentes e outros dev. de cob. duvidosa	75.463.993,10	74.209.613,39	1.254.379,71	644.034,44	610.345,27
229	Adiantamentos a fornecedores				1.080,15	-1.080,15
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	414.940,32		414.940,32	425.285,36	-10.345,04
24	Estado e outros entes públicos	5.126.571,82		5.126.571,82	4.100.069,29	1.026.502,53
262+263+267+268	Outros devedores	153.886.780,08	33.488.657,68	120.398.122,40	118.210.333,07	2.187.789,33
		276.156.511,79	108.651.287,44	167.505.224,35	148.626.524,60	18.878.699,75
	Depósitos em instituições financeiras e caixa:					
12	Depósitos em instituições financeiras	137.487.759,68		137.487.759,68	163.325.551,26	-25.837.791,58
11	Caixa	1.379.459,49		1.379.459,49	531.004,73	848.454,76
		138.867.219,17		138.867.219,17	163.856.555,99	-24.989.336,82
	Acréscimos e diferimentos:					
271	Acréscimos de proveitos	161.342.161,54		161.342.161,54	135.198.950,71	26.143.210,83
272	Custos diferidos	20.951.848,78		20.951.848,78	17.059.118,00	3.892.730,78
	Ativos por impostos diferidos	800.778,48		800.778,48	32.663,74	768.114,74
		183.094.788,80		183.094.788,80	152.290.732,45	30.804.056,35
	Total de amortizações		667.102.547,83			
	Total de provisões		109.500.075,66			
	<b>Total do ativo</b>	<b>3.989.059.304,75</b>		<b>3.212.456.681,26</b>	<b>3.254.200.600,48</b>	<b>-41.743.919,22</b>

# BALANÇO CONSOLIDADO

ANO: 2016  
(unidade: Euro)

Código das Contas POCAL		Consolidado do Município de Lisboa		Varição
		2016	2015	2016-2015
	<b>FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO</b>			
	<b>Fundos próprios:</b>			
51	Património	2.077.571.636,70	2.077.571.636,70	
55	Ajustamentos partes capital em empresas	-19.436.349,07	-19.436.349,07	
	Reservas:			
571	Reservas legais	78.651.809,21	68.508.621,00	10.143.188,21
573	Reservas contratuais	780.620,88	528.377,24	252.243,64
576	Doações	3.209.169,69	3.057.233,44	151.936,25
577	Reservas decorrentes de transferência de activos	15.155.950,53	15.155.950,53	
59	Resultados transitados	-193.211.698,52	-331.252.773,51	138.041.074,99
88	Resultado líquido do exercício	61.289.387,43	202.424.805,48	-141.135.418,05
	<b>Total dos fundos próprios</b>	<b>2.024.010.526,85</b>	<b>2.016.557.501,81</b>	<b>7.453.025,04</b>
	<b>Passivo:</b>			
292	Provisões para riscos e encargos	248.187.655,55	212.864.857,16	35.322.798,39
		248.187.655,55	212.864.857,16	35.322.798,39
	Dívidas a terceiros - médio longo prazo:			
2312	Empréstimos de médio e longo prazo	298.273.245,00	328.773.141,40	-30.499.896,40
262+263+267+268	Outros credores	187.326.721,16	201.032.640,53	-13.705.919,37
		485.599.966,16	529.805.781,93	-44.205.815,77
	Dívidas a terceiros - curto prazo:			
2312	Empréstimos de médio e longo prazo (parte corrente)	36.999.555,50	36.664.399,70	335.155,80
221	Fornecedores, c/c	6.574.640,80	7.605.938,06	-1.031.297,26
228	Fornecedores, facturas recepção e conferência	3.119.657,56	3.571.972,16	-452.314,60
219	Adiantamento de clientes, contribuintes e utentes	8.145.088,55	10.987.339,00	-2.842.250,45
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	1.395.128,48	284.591,85	1.110.536,63
24	Estado e outros entes públicos	2.350.048,25	10.068.131,11	-7.718.082,86
262+263+267+268	Outros credores	121.696.407,74	153.790.866,67	-32.094.458,93
		180.280.526,88	222.973.238,55	-42.692.711,67
	Acréscimos e diferimentos:			
273	Acréscimos de custos	36.991.057,64	40.313.327,64	-3.322.270,00
274	Proveitos diferidos	237.047.780,96	230.644.698,50	6.403.082,46
	Passivos por impostos diferidos	339.167,22	1.041.191,89	-702.024,67
		274.378.005,82	271.999.218,03	2.378.787,79
	<b>Total do passivo</b>	<b>1.188.446.154,41</b>	<b>1.237.643.095,67</b>	<b>-49.196.941,26</b>
	<b>Total dos fundos próprios e do passivo</b>	<b>3.212.456.681,26</b>	<b>3.254.200.597,48</b>	<b>-41.743.916,22</b>



## **Demonstração de Resultados Consolidada**

# DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADO

ANO: 2016

(unidade: Euro)

Código das		Consolidado do Município de Lisboa		Varição
		2016	2015	2016-2015
<b>CUSTOS E PERDAS</b>				
61	Custo mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6.114.254,38	4.376.444,04	1.737.810,34
62	Fornecimentos e serviços externos	162.588.714,95	146.654.168,94	15.934.546,01
Custos com o pessoal:				
641+642	Remunerações	174.560.133,59	172.342.366,79	2.217.766,80
643 a 648	Encargos sociais	53.987.396,77	53.293.229,68	694.167,09
63	Transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais	89.949.014,27	87.103.442,10	2.845.572,17
66	Amortizações do exercício	48.835.219,25	32.113.338,02	16.721.881,23
67	Provisões do exercício	81.920.925,93	16.031.175,59	65.889.750,34
65	Outros custos e perdas operacionais	4.239.440,66	2.525.729,36	1.713.711,30
	(A)	622.195.099,80	514.439.894,52	107.755.205,28
68	Custos e perdas financeiros	11.112.051,81	14.573.131,03	-3.461.079,22
	(C)	633.307.151,61	529.013.025,55	104.294.126,06
69	Custos e perdas extraordinários	111.882.810,11	36.032.058,57	75.850.751,54
	(E)	745.189.961,72	565.045.084,12	180.144.877,60
<b>88</b>	<b>Resultado antes impostos</b>	<b>61.740.309,37</b>	<b>203.496.935,17</b>	<b>-141.756.625,80</b>
	<b>Imposto sobre o rendimento do exercício</b>	<b>252.401,28</b>	<b>1.073.293,43</b>	<b>-820.892,15</b>
	<b>Imposto diferido</b>	<b>198.520,66</b>	<b>-1.163,74</b>	<b>199.684,40</b>
	<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>61.289.387,43</b>	<b>202.424.805,48</b>	<b>-141.135.418,05</b>
		806.930.271,09	768.542.019,29	38.388.251,80
<b>PROVEITOS E GANHOS</b>				
Vendas e prestações de serviços				
7111	Vendas de mercadorias	250.827,80	224.978,43	25.849,37
7112 - 7119	Vendas de produtos	5.156.997,56	4.717.334,96	439.662,60
712+713-718	Prestação de serviços	158.317.220,60	147.225.729,33	11.091.491,27
72	Impostos e taxas	463.561.179,91	408.933.433,83	54.627.746,08
73	Proveitos suplementares	13.418.318,40	13.210.314,00	208.004,40
74	Transferências e subsídios obtidos	40.025.151,69	37.291.888,25	2.733.263,44
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	16.070.269,80	3.478.238,67	12.592.031,13
	(B)	696.799.965,76	615.081.917,47	81.718.048,29
78	Proveitos e ganhos financeiros	937.089,78	1.595.570,30	-658.480,52
	(D)	697.737.055,54	616.677.487,77	81.059.567,77
79	Proveitos e ganhos extraordinários	109.193.215,55	151.864.531,52	-42.671.315,97
	(F)	806.930.271,09	768.542.019,29	38.388.251,80

Resumo:	2016	2015	Diferença
Resultados Operacionais: (B)-(A)=	74.604.865,96	100.642.022,95	-26.037.156,99
Resultados Financeiros: (D-B)-(C-A)=	-10.174.962,03	-12.977.560,73	2.802.598,70
Resultados Correntes: (D)-(C)=	64.429.903,93	87.664.462,22	-23.234.558,29
Resultado antes impostos (F)-(E)=	61.740.309,37	203.496.935,17	-141.756.625,80
Resultado Líquido do Exercício:	61.289.387,43	202.424.805,48	-141.135.418,05

## **Fluxos de Caixa Consolidados**

## Fluxos de Caixa Consolidados

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

ANO: 2016

(unidade: Euro)

	CML	EMEL	EGEAC	GEBALIS	SRU	Total	Eliminação	Consolidado
Saldo da gerência anterior	139.299.862,51	11.977.467,07	3.096.217,20	4.488.241,10	4.994.769,11	163.856.556,99		163.856.556,99
Recebimentos	756.467.415,70	38.498.056,46	21.194.668,98	20.259.100,31	2.672.600,73	839.091.842,18	-10.998.475,35	828.093.366,83
Pagamentos	786.322.376,33	32.848.353,72	22.334.372,67	21.067.446,94	2.628.766,46	865.201.316,12	-12.118.611,47	853.082.704,65
Saldo para gerência seguinte	109.444.901,88	17.627.169,81	1.956.513,51	3.679.894,47	5.038.603,38	137.747.083,05	1.120.136,12	138.867.219,17
Fluxo líquido do ano	-29.854.960,63	5.649.702,74	-1.139.703,69	-808.346,63	43.834,27	-26.109.473,94	1.120.136,12	-24.989.337,82

**Notas ao Balanço e à  
Demonstração de Resultados Consolidados**

## NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS

### Nota Introdutória

O Município de Lisboa apresenta demonstrações financeiras consolidadas reportadas a 31 de dezembro de 2016.

A Lei n.º 73/2013 de 3 de Setembro que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais prevê no n.º 1 do artigo 75.º que “sem prejuízo dos documentos de prestação de contas individuais previstos na lei, os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas”, a submeter à apreciação do órgão deliberativo.

Nos termos do n.º 7 do artigo acima mencionado, os documentos de prestação de contas consolidadas, constituem um todo e compreendem o relatório de gestão e as seguintes demonstrações financeiras: balanço consolidado; demonstração consolidada dos resultados por natureza; mapa de fluxos de caixa consolidados de operações orçamentais; anexo às demonstrações financeiras consolidadas, com a divulgação de notas específicas relativas à consolidação de contas, incluindo os saldos e os fluxos financeiros entre as entidades alvo de consolidação e ainda o mapa de endividamento consolidado de médio e longo prazo e o mapa da dívida bruta consolidada e desagregado por maturidade e natureza.

Considerando que a consolidação de contas deve permitir proceder à comparação da informação numa perspetiva intertemporal, bem como com outros setores e com outras jurisdições, foi publicada a Portaria nº 474/2010, de 1 de julho, que aprova a Orientação nº 1/2010 “Orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do setor público administrativo”, obrigatoriamente aplicável ao Município de Lisboa, por força do seu artigo 3º. De acordo com a mesma Portaria e as instruções do SATAPOCAL, sem prejuízo dos princípios contabilísticos legalmente estabelecidos no POCAL e planos setoriais, a preparação e apresentação das demonstrações financeiras consolidadas das administrações públicas que compõem o setor público administrativo devem pautar-se, em especial, pelo conjunto de princípios aplicados pela entidade-mãe, o qual deve assegurar, designadamente, a relevância e materialidade, a fiabilidade, a neutralidade, a plenitude, a comparabilidade espacial e temporal e a representação fidedigna da informação nelas contidas.

Desta forma, o Município de Lisboa, atendendo ao seu perímetro de consolidação e seguindo o estabelecido no ponto 4.5.5.1 das instruções do SATAPOCAL para a consolidação de contas, adota o seguinte método de consolidação:

- **Método de consolidação integral** que consiste na integração no balanço e na demonstração de resultados e no mapa de execução orçamental da entidade consolidante dos elementos

respetivos dos balanços, das demonstrações dos resultados e dos mapas de execução orçamental das entidades consolidadas.

## 1. Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação:

### Caracterização da Entidade

<b>Identificação da Entidade: Município de Lisboa</b>	
<b>Endereço Postal</b>	Praça do Município - Paços do concelho, 1100-365 Lisboa
<b>NIF</b>	500051070 - atividade 84113; 85100; 85201; 58110
<b>Composição do Órgão Executivo</b>	
<b>Presidente</b>	Fernando Medina
<b>Vice - Presidente</b>	Duarte Cordeiro
<b>Vereadora</b>	Paula Marques
<b>Vereador</b>	Manuel Salgado
<b>Vereador</b>	Jose Sá Fernandes
<b>Vereadora</b>	Catarina Vaz Pinto
<b>Vereador</b>	João Carlos Afonso
<b>Vereador</b>	Jorge Máximo
<b>Vereador</b>	Carlos Brito de Castro
<b>Vereador</b>	João Paulo Saraiva
<b>Vereadora</b>	Ana Catarina Albergaria
<b>Legislação</b>	
<b>Regime Financeiro</b>	Lei 73/2013, de 03 de Setembro e respetivas alterações; Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro (POCAL) e respetivas alterações; Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de Fevereiro.
<b>Regime Jurídico</b>	Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, alterada pela Lei 67/2007 de 31 de dezembro, alterada pela Lei orgânica n.º 1/2011 de 30 de novembro e alterada pela Lei 75/2013 de 12 Setembro.

<b>Caracterização da Gestão das Entidades Consolidadas</b>	
<b>Identificação da Entidade:</b>	EGEAC - Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural, EM, SA
<b>NIF</b>	503 584 215
<b>Objeto</b>	Assegurar a universalidade, a continuidade dos serviços prestados e a coesão económica e social na área da cultura, através da gestão de equipamentos culturais e de atividades de promoção de projetos e iniciativas no domínio da cultura. Realização de ações e eventos de animação cultural, abrangendo a organização de festivais e espetáculos, teatros de rua e outros atos de natureza similar bem como a produção e organização das festas de Lisboa.
<b>Composição do Conselho de Administração</b>	
<b>Presidente</b>	Joana Gomes Cardoso
<b>Vogal</b>	Lucinda Lopes
<b>Sistema Aplicável de Contabilidade</b>	
	SNC - Sistema de Normalização Contabilística
<b>Caracterização da Gestão das Entidades Consolidadas</b>	
<b>Identificação da Entidade:</b>	EMEL - Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa, EM, SA
<b>NIF</b>	503 311 332
<b>Objeto</b>	A prestação de serviços de interesse geral no âmbito do desenvolvimento, gestão e exploração de soluções de mobilidade urbana, as quais incluem a construção, promoção e gestão de infraestruturas de estacionamento público urbano, a fiscalização do estacionamento público urbano e serviços associados, como o controlo do acesso aos bairros históricos e a vigilância de túneis, a construção e operação de infraestruturas de apoio à mobilidade pedonal, sistemas de mobilidade elétrica e produtos partilhados de mobilidade. A prestação de serviços de interesse geral no âmbito do transporte público urbano de passageiros, visando soluções integradas de mobilidade urbana
<b>Composição do Conselho de Administração</b>	
<b>Presidente</b>	Luís Filipe Natal Marques
<b>Vogal</b>	João Paulo Salazar Dias
<b>Vogal</b>	Jorge Manuel de Oliveira
<b>Sistema Aplicável de Contabilidade</b>	
	SNC - Sistema de Normalização Contabilística
<b>Caracterização da Gestão das Entidades Consolidadas</b>	
<b>Identificação da Entidade:</b>	GEBALIS - Gestão do Arrendamento da Habitação Municipal de Lisboa, EM, SA
<b>NIF</b>	503 541 567
<b>Objeto</b>	Promoção e gestão de imóveis de habitação social, bem como a gestão de outro património edificado habitacional que o Município decida afetar ao arrendamento nos termos e condições a definir pela Câmara Municipal de Lisboa.
<b>Composição do Conselho de Administração</b>	
<b>Presidente</b>	Pedro Pinto de Jesus
<b>Vogal</b>	Maria Helena Martinho Lopes Correia
<b>Vogal</b>	Mário Jorge Paulino de Oliveira de Almeida Patrício
<b>Sistema Aplicável de Contabilidade</b>	
	SNC - Sistema de Normalização Contabilística
<b>Caracterização da Gestão das Entidades Consolidadas</b>	
<b>Identificação da Entidade:</b>	Lisboa Ocidental, SRU - Sociedade de Reabilitação Urbana, EM, SA
<b>NIF</b>	507 023 129
<b>Objeto</b>	Promover operações de reabilitação urbana, através da promoção, manutenção e conservação de infraestruturas urbanísticas e gestão urbana e renovação e reabilitação urbanas e gestão do património edificado.
<b>Composição do Conselho de Administração</b>	
<b>Presidente</b>	Teresa do Passo
<b>Vogal</b>	Jorge Catarino Tavares
<b>Sistema Aplicável de Contabilidade</b>	
	SNC - Sistema de Normalização Contabilística



a) *Relativamente às entidades incluídas no perímetro de consolidação:*

(unidade: Euro)

Empresa	Posição acionista do Município	Código das Sociedades Comerciais		Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais			Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais <sup>(2)</sup>
		Capital Próprio (CP) / Capital Social (CS)	Exigência CP / CS > 50% (art. 35º CSC)	RAI - Result. antes de impostos	Equilíbrio de Contas art. 40º <sup>(1)</sup>	Necessário Transferência CML ou Reforço de Capital (art. 40º RJAEPL)	Consolida Dívida com CML (art 52º RFALEI) <sup>(3)</sup>
EGEAC	100%	1167%	Cumpr <sup>(4)</sup>	113	Cumpr	Não	Não
EMEL	100%	129%	Cumpr	2.682	Cumpr	Não	Não
GEBALIS	100%	221%	Cumpr	241	Cumpr	Não	Não
SRU Ocidental	100%	853%	Cumpr	2	Cumpr	Não	Não

<sup>(1)</sup> O equilíbrio de contas da empresa é dado por RAI ≥ 0, cf art 40º RJAEPL

<sup>(2)</sup> Valor da dívida total, cf art 52º RFALEI, é dado pelo passivo total resultante de operações orçamentais

<sup>(3)</sup> A dívida total da empresa não releva para a dívida municipal quando o RAI ≥ 0, cf art 54º RFALEI e art 41º RJAEPL

<sup>(4)</sup> Apesar de não aplicável conforme artigo 190º da Lei nº7-A/2016 de 30 de março - LEO 2016

Empresa	Sede	Objeto Social	Número de Trabalhadores
CML	Praça do Município - Lisboa	Administração Local	7.677
EGEAC	Avenida da Liberdade, 192 - Lisboa	Gestão de diversos espaços culturais e de atividades de promoção	318
EMEL	Alameda das linhas de torres, 198/200 - Lisboa	Prestação de serviços de interesse geral no âmbito do	500
GEBALIS	Rua Costa Malheiro, lote B12 - Lisboa	Promoção e gestão de imóveis de habitação social, bem como a	192
SRU Ocidental	Rua da Correnteza, números 9-15 - Lisboa	Promover a reabilitação Urbana da sua zona de intervenção que se	14

## 2. Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada:

- a) *Descrição dos casos em que a aplicação das normas de consolidação não seja suficiente para que as demonstrações financeiras consolidadas dêem uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e dos resultados do conjunto das entidades incluídas na consolidação;*
- b) *Identificação das situações relacionadas com o afastamento da aplicação das normas de consolidação, efetuadas para se obter a necessária imagem verdadeira e apropriada, com indicação das respetivas razões e dos seus efeitos no balanço e na demonstração dos resultados consolidados;*
- c) *Indicação das alterações ocorridas, no decurso do exercício, na composição do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação, com fundamentação do facto de se tratar ou não de uma alteração significativa.*

Não existiram alterações no perímetro face ao ano anterior.

a) e b) :

As empresas Municipais adotam o SNC – Sistema de Normalização Contabilística, deste modo, na sua aplicação, foram registadas as seguintes operações que o Município de Lisboa nem sempre pode harmonizar de forma valorativa, pese embora, ter sido possível garantir a referência à mesma data:

	EMPRESA				CORRIGIDO
	EGEAC	EMEL	GEBALIS	SRU	S/N
Amortização/Depreciação ao abrigo do SNC ou Decreto Regulamentar	x	x	x	x	N
Valorização das propriedades de investimento por forma de custeio diferentes do custo de aquisição		x			N
Calculo de provisões ou ajustamentos ao abrigo do SNC	x	x	x	x	N
Calculo do imposto diferido	x	x	x	x	N
Alocação de Proveitos diferidos e capitais próprios	x	x		x	S

### 3. Informações relativas aos procedimentos de consolidação:

- a) Identificação e fundamentação de todos os movimentos extra-contabilísticos efetuados para efeitos de consolidação, nomeadamente no que respeita à eliminação dos investimentos financeiros e das operações recíprocas;

Os principais movimentos extra contabilísticos foram os seguintes (o sinal (+) representa correções a débito e o sinal (-) correções a crédito):

(unidade: milhões de euros)

	Município de Lisboa	Empresas Municipais
Eliminação de Investimentos Financeiros	-	33,7
	-33,1	-
Eliminação de saldos	16,1	39,1
	-37,8	-19,0
Eliminação de transações	6,7	14,0
	-12,7	-6,6

- b) Discriminação da rubrica «diferenças de consolidação», com indicação dos métodos de cálculo adoptados e explicitação das variações significativas relativamente ao exercício anterior;

O valor apurado de diferenças de consolidação foi de 0,4 milhões de euros, devido essencialmente a diferenças de avaliação existentes nos registos das operações entre as empresas do perímetro.

Estas diferenças de consolidação encontram-se reconhecidas nos Fundos Próprios.

- g) Indicação dos montantes dos ajustamentos excepcionais de valor dos ativos feitos exclusivamente para fins fiscais e não eliminados da consolidação, juntamente com as razões que o determinaram;

Tendo em conta que não é possível identificar a origem e o impacto nas contas consolidadas dos impostos diferidos das empresas municipais, não se procedeu à eliminação dos mesmos;

- i) Opção usada pelo conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação quanto à contabilização das participações em entidades de natureza empresarial.

As Empresas Municipais são todas de natureza empresarial e encontram-se mensuradas ao custo de aquisição.

### 4. Informações relativas ao endividamento de médio e longo prazos:

- a) Descrição do endividamento consolidado de médio e longo prazo, de acordo com o seguinte mapa:

(unidade: Euro)

Empresa	Posição acionista do Município	Equilíbrio de Contas art. 40º RJAEPL <sup>(1)</sup>	Dívida Total art. 52º RFALEI <sup>(2)</sup>	Contribuição para Dívida CML art. 54º RFALEI <sup>(3)</sup>
EGEAC	100%	Cumpre	8.580.257	Não
EMEL	100%	Cumpre	43.938.926	Não
GEBALIS	100%	Cumpre	19.193.396	Não
SRU Ocidental	100%	Cumpre	17.178.823	Não

Notas:

<sup>(1)</sup> O equilíbrio de contas da empresa é dado por RAI  $\geq 0$ , cf art 40º RJAEPL<sup>(2)</sup> Valor da dívida total, cf art 52º RFALEI, é dado pelo passivo total resultante de operações orçamentais<sup>(3)</sup> A dívida total da empresa não releva para a dívida municipal quando o RAI  $\geq 0$ , cf art 54º RFALEI e art 41º RJAEPL

**b)** *Montante total das dívidas a terceiros apresentadas no balanço consolidado e que se vençam nos quatro anos seguintes à data do balanço, desgregado por entidade e por rubrica patrimonial:*

(unidade: Euro)

Rúbrica / Entidade	2017	2018	2019	2020	2021 e seguintes	Total
<b>Dívidas a Terceiros - MLP</b>						
Outros credores		37.404.577,65	32.219.577,65	39.886.671,96	77.815.893,90	187.326.721,16
<b>Total Dívidas a Terceiros - MLP</b>		<b>37.404.577,65</b>	<b>32.219.577,65</b>	<b>39.886.671,96</b>	<b>77.815.893,90</b>	<b>187.326.721,16</b>
<b>Dívidas a Terceiros - CP</b>						
Fornecedores, c/c	6.574.640,80					6.574.640,80
Fornecedores, facturas recepção e conferência	3.119.657,56					3.119.657,56
Adiantamento de clientes, contribuintes e utentes	8.145.088,55					8.145.088,55
Fornecedores de imobilizado, c/c	1.395.128,48					1.395.128,48
Estado e outros entes públicos	2.350.048,25					2.350.048,25
Outros credores	121.696.407,74					121.696.407,74
<b>Total Dívidas a Terceiros - CP</b>	<b>143.280.971,38</b>					<b>143.280.971,38</b>
<b>Total Geral</b>	<b>143.280.971,38</b>	<b>37.404.577,65</b>	<b>32.219.577,65</b>	<b>39.886.671,96</b>	<b>77.815.893,90</b>	<b>330.607.692,54</b>

## 5 Informações sobre saldos e fluxos financeiros:

Ver em anexo o quadro de Fluxos de Caixa Consolidados.

## 6 Informações relativas a compromissos:

**a)** *Montante global dos compromissos financeiros que não figurem no balanço consolidado, no caso em que a sua indicação seja útil para a apreciação da situação financeira do conjunto das entidades compreendidas no perímetro de consolidação, incluindo, relativamente às entidades que adoptem o POCAL, a discriminação, por agrupamento, económico, dos valores que devem ser refletidos nas contas da classe 0 relativas aos compromissos para exercícios futuros;*

A totalidade dos compromissos assumidos e não pagos que relevam para a apreciação da posição financeira do Grupo Municipal, encontram-se apresentados no Balanço Consolidado, para a totalidade das entidades que integram o perímetro do Grupo Municipal.

No decurso normal da sua atividade existem ainda diversos litígios e contingências (de risco possível) de natureza administrativa e tributária envolvendo o Município de Lisboa. Estas ações judiciais, administrativas ou outras, envolvem munícipes, empresas, funcionários ou outras. Da análise efetuada e da informação prestada pelo Departamento Jurídico, o risco de perda destas ações não é provável e o desfecho das mesmas não

afetará de forma material a posição financeira do Município. Assim, os processos desta natureza cujas perdas foram estimadas como possíveis, não requerem a constituição de provisões e são periodicamente reavaliados.

- b) *Descrição das responsabilidades das entidades incluídas no perímetro de consolidação por garantias prestadas, desdobrando-as de acordo com a sua natureza e mencionando expressamente as garantias reais, com indicação da norma legal habilitante;*

(unidade: Euro)

	MUNICIPIO LISBOA	EMEL	TOTAL
RESPONSABILIDADES	8.335.086,82	21.975,00	8.357.061,82

Das responsabilidades acima mencionadas referentes ao Município de Lisboa destaca-se uma garantia no valor de 5.745 mil euros relativa a um processo judicial.

## 7 Informações relativas a políticas contabilísticas:

- a) *Critérios de valorimetria aplicados às várias rubricas das demonstrações financeiras consolidadas e os métodos utilizados no cálculo dos ajustamentos de valor, designadamente no que diz respeito às amortizações, aos ajustamentos e às provisões;*

Rubricas	Município de Lisboa	EGEAC	EMEL	GEBALIS	SRU
Imobilizado	Todo o activo imobilizado após o ano de 2000, é valorizado ao custo de aquisição ou ao custo de produção. As taxas anuais de amortização dos bens de imobilizado corpóreo são as definidas no CIBE - Cadastro do Inventário dos Bens do Estado.	Os activos fixos tangíveis e os intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas e das perdas por imparidade.	Os activos fixos tangíveis, os intangíveis e as propriedades de investimento encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas e das perdas por imparidade.	Os activos fixos tangíveis e intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas e das perdas por imparidade.	Os activos fixos tangíveis e os intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas e das perdas por imparidade.
Existências	Apenas foram consideradas as existências dos armazéns do DRMM - Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica, Imprensa Municipal e DAEP – Departamento de Ambiente e Espaço Público em sistema de inventário intermitente. Quanto aos DIEM - Departamento de Instalações Elétricas e Mecânicas e CCM – Central de Compras Municipal os valores referem-se aos apurados através do módulo informático de compras.	As existências são valorizadas ao menor do custo médio de aquisição ou do respectivo valor de mercado.	As existências são valorizadas ao custo de aquisição, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio.		
Dividas de terceiros	As dividas de terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam. São calculadas provisões para cobranças duvidosas, de acordo com os critérios do POCAL.	As dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade.	As dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade.	As dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade.	As dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade.

### **Investimentos financeiros**

Na entidade-mãe, os investimentos financeiros (partes de capital) foram valorizados ao custo de aquisição. No final de cada período, procedeu-se aos ajustamentos nos investimentos financeiros através da constituição de uma provisão pelo montante das diferenças entre o custo de aquisição dos títulos e outras aplicações financeiras e o respetivo valor da percentagem detida dos capitais próprios.

### **Provisões para Riscos e Encargos**

O Grupo regista nesta rubrica provisões para fazer face a riscos e encargos de natureza provável mas que não correspondam a uma estimativa de um passivo certo, sendo estes últimos registados nas respetivas rubricas de balanço.

As provisões para riscos e encargos são constituídas para registar as responsabilidades derivadas dos riscos de natureza específica e provável. As provisões são subsequentemente reduzidas na medida em que se reduzam ou cessem os riscos previstos.

Estas provisões incluem o montante de responsabilidades estimadas como prováveis nos processos judiciais em curso, considerando o montante da indemnização ou encargo que a autarquia prevê suportar relativamente aos processos judiciais cuja resolução pelos Tribunais não tenha ainda ocorrido e os montantes associados a acordos extrajudiciais promovidos pelo município.

### **Remunerações a Liquidar**

A rubrica de acréscimos e diferimentos do Passivo compreende a estimativa dos encargos com férias e subsídio de férias calculada de acordo com as regras e responsabilidades legais consagradas na Lei do Orçamento do Estado para 2016.

### **Especialização de Exercícios**

O Grupo regista os seus custos e proveitos de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas na rubrica Acréscimos e Diferimentos.

## 8 Informações relativas a determinadas rubricas:

### a) Comentário das rubricas “despesas de instalação” e “despesas de investigação e de desenvolvimento”;

Este ativo é constituído pelo custo de aquisição de licenças de software, estando a ser depreciados.

### b) Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constantes do balanço consolidado e nas respetivas amortizações, ajustamentos e provisões;

#### ATIVO BRUTO CONSOLIDADO

ANO: 2016  
(unidade: Euro)

Código das Contas POCAL	Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação	Aumentos	Alienações	Abates	Transferências	Doações e transf. de / para outras entidades	Saldo Final
<b>De bens de domínio público:</b>									
451	Terrenos e recursos naturais	20.812.889,69		3.338.975,54	335.654,05	217.352,70	3.064.022,25		26.662.880,73
452	Edifícios						2.561.573,25		2.561.573,25
453	Outras construções e infra-estruturas	364.573.426,82		18.426.483,77			137.629.486,44		520.629.397,03
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	1.197.758,08					781.226,28		1.978.984,36
445	Imobilizações em curso	283.348.043,25		35.944.619,05		4.153.957,73	-88.828.357,86		226.310.346,59
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público	348.450,37		6.537.718,13		5.209.925,34			1.676.243,16
		670.280.568,21		64.247.796,49	335.654,05	9.581.235,77	55.207.950,24		779.819.425,12
<b>De imobilizações incorpóreas:</b>									
432	Despesas de investigação e de desenvolvimento	1.323.267,44		332.643,31					1.655.910,75
433	Propriedade industrial e outros direitos	36.944.259,47		838.517,42			33.412,50		37.816.189,39
443	Imobilizações em curso	124.108,30		67.872,86			158.568,66	-33.412,50	
		38.391.635,21		1.239.033,59			158.568,66		39.472.100,14
<b>De imobilizações corpóreas:</b>									
421	Terrenos e recursos naturais	461.482.143,73		17.184.381,18	1.162.969,54	6.385.386,89	43.209.360,74		514.327.629,22
422	Edifícios e outras construções	990.646.446,74		16.187.154,82	6.557.014,84	39.901.739,01	94.571.436,03		1.054.926.283,44
423	Equipamento básico	123.170.740,83		7.280.027,67		797,72	-101.017,79		130.348.552,99
424	Equipamento de transporte	15.045.808,79		1.120.229,67		119.512,67			16.046.525,79
425	Ferramentas e utensílios	6.134.007,34		153.693,23					6.287.700,57
426	Equipamento administrativo	39.650.684,23		2.079.774,10		13.356,26			41.717.102,07
427	Taras e vasilhame	16,96							16,96
429	Outras imobilizações corpóreas	171.514.205,69		1.108.622,17		30.873,00	23.192,88		172.615.147,74
442	Imobilizações em curso	795.966.396,04		43.586.047,17		73.242.061,26	-183.817.363,58		582.493.018,37
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	17.778.193,89		254.685,79		19.013,00	-9.093.558,52		8.920.108,16
		2.621.388.644,24		88.934.415,50	7.719.884,38	119.712.739,81	-55.207.950,24		2.527.682.485,31
<b>De investimentos financeiros:</b>									
411	Partes de capital	29.100.972,56		800.820,00					29.901.792,56
412	Obrigações e títulos de participação	2.816.078,00		2.816.078,00					5.632.156,00
41421+41422	Investimentos em imóveis - Edifícios e outras construções	3.337.731,62		350,41			529.127,62		3.867.209,65
4152	Outras aplicações financeiras - Títulos de dívida pública	10.030,83							10.030,83
4153	Outras aplicações financeiras - Outros títulos	8.176,61		12.561,34					20.737,95
441	Imobilizações em curso	651.274,30		505.037,90			-529.127,62		627.184,58
		35.924.263,92		4.134.847,65					40.059.111,57
<b>Total</b>		<b>3.365.985.111,58</b>		<b>158.556.093,23</b>	<b>8.055.538,43</b>	<b>129.452.544,24</b>			<b>3.387.033.122,14</b>

#### AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES CONSOLIDADO

ANO: 2016  
(unidade: Euro)

Código das Contas POCAL	Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
<b>De bens de domínio público:</b>					
452	Edifícios		10.577,40	368.531,75	379.109,15
453	Outras construções e infra-estruturas	97.234.995,67	44.962.809,55	14.470.139,81	156.667.945,03
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	272.927,86	37.623,94	97.653,29	408.205,09
		97.507.923,53	45.011.010,89	14.936.324,85	157.455.259,27
<b>De imobilizações incorpóreas:</b>					
432	Despesas de investigação e de desenvolvimento	535.129,59	20.709,56		555.839,15
433	Propriedade industrial e outros direitos	32.659.677,19	1.262.105,12		33.921.782,31
		33.194.806,78	1.282.814,68		34.477.621,46
<b>De imobilizações corpóreas:</b>					
421	Terrenos e recursos naturais	133.996.388,15	16.459.132,51	4.469.973,00	154.925.493,66
422	Edifícios e outras construções	91.462.544,82	3.019.725,17		94.482.269,99
423	Equipamento básico	12.645.167,67	347.484,30	-114.604,61	12.878.047,36
424	Equipamento de transporte	5.723.183,46	134.730,44		5.857.913,90
425	Ferramentas e utensílios	37.063.718,66	899.937,55	-13.356,26	37.950.299,95
426	Equipamento administrativo	16,96			16,96
427	Taras e vasilhame	168.447.560,77	658.937,51	-30.873,00	169.075.625,28
429	Outras imobilizações corpóreas	449.338.580,49	21.519.947,48	4.311.139,13	475.169.667,10
<b>De investimentos financeiros:</b>					
411	Partes de capital	392.706,95			392.706,95
414	Terrenos e recursos naturais	339.559,06	88.946,86		428.505,92
		732.266,01	88.946,86		821.212,87
<b>Total</b>		<b>580.773.576,81</b>	<b>67.902.719,91</b>	<b>19.247.463,98</b>	<b>667.923.760,70</b>

l) Diferença entre os impostos imputados à demonstração consolidada dos resultados do exercício e dos exercícios anteriores e os impostos já pagos e a pagar relativamente a esses exercícios, desde que essa diferença seja materialmente relevante para a determinação dos impostos futuros;

As empresas municipais são sujeitos passivos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC). A taxa de imposto sobre os lucros é de 21% e a taxa de derrama é de 1,5% sobre o lucro tributável.

O Município de Lisboa está isento de IRC.

m) Indicação global relativamente às entidades incluídas no perímetro de consolidação das remunerações atribuídas aos membros de cada um dos órgãos executivos e de fiscalização pelo desempenho das respetivas funções, bem como dos órgãos deliberativos das entidades de natureza empresarial;

(unidade: Euro)

Rubricas	EGEAC	EMEL	GEBALIS	SRU
Remunerações dos órgãos sociais	103.154,64	117.378,10	138.541,55	44.489,58

q) Demonstração consolidada dos resultados financeiros;

(unidade: Euro)

CUSTOS E PERDAS	Município de Lisboa	EMEL	EGEAC	Gebalis	Lx Ocidental SRU	Ajustamentos	Consolidado 2016	Consolidado 2015	Varição
Juros suportados	9.344.734,73	71.953,05	602,71	479.600,95	125.646,32	402,35	10.022.135,41	14.077.225,99	-4.055.090,58
Perdas em entidades participadas							-	79.845,62	-79.845,62
Provisões p/ aplicações financeiras	31.981,20					31.981,20		39.903,83	-39.903,83
Diferenças de câmbio desfavoráveis	35,91						35,91		35,91
Outros custos e perdas financeiros	1.066.078,91			23.801,58			1.089.880,49	376.155,59	713.724,90
<b>Resultados Financeiros</b>	<b>-9.626.456,15</b>	<b>-10.578,50</b>	<b>3.288,95</b>	<b>-497.864,35</b>	<b>-74.819,03</b>	<b>-31.467,05</b>	<b>-10.174.962,03</b>	<b>-12.977.560,73</b>	<b>2.802.598,70</b>
	<b>816.374,60</b>	<b>61.374,55</b>	<b>3.891,66</b>	<b>5.538,18</b>	<b>50.827,29</b>	<b>916,50</b>	<b>937.089,78</b>	<b>1.595.570,30</b>	<b>-658.480,52</b>

PROVEITOS E GANHOS	Município de Lisboa	EMEL	EGEAC	Gebalis	Lx Ocidental SRU	Ajustamentos	Consolidado 2016	Consolidado 2015	Varição
Juros obtidos	67.771,38	61.374,55	3.891,66	5.538,18	50.827,29	916,50	188.486,56	170.031,93	18.454,63
Ganhos em entidades participadas	747.233,66						747.233,66	1.013.364,42	-266.130,76
Descontos pronto pagamento obtidos	1.369,56						1.369,56	936,59	432,97
Outros proveitos ganhos financeiros							-	411.237,36	-411.237,36
	<b>816.374,60</b>	<b>61.374,55</b>	<b>3.891,66</b>	<b>5.538,18</b>	<b>50.827,29</b>	<b>916,50</b>	<b>937.089,78</b>	<b>1.595.570,30</b>	<b>-658.480,52</b>

r) Demonstração consolidada dos resultados extraordinários;

(unidade: Euro)

Código das Contas Pocal	CUSTOS E PERDAS	Município de Lisboa	EMEL	EGEAC	Gebalis	Lx Ocidental SRU	Ajustamentos	Consolidado 2016	Consolidado 2015	Varição
691	Transferências capital concedidas	36.014.117,49					7.273.492,91	28.740.624,58	12.471.615,77	16.269.008,81
693	Perdas em existências	68.402,89						68.402,89	129.641,89	-61.239,00
694	Perdas em imobilizações	2.194.025,85						2.194.025,85	4.782.274,30	-2.588.248,45
695	Multas e penalidades	4.148,50						4.148,50	18.417,17	-14.268,67
696	Aumentos de amortizações	40.948.993,09						40.948.993,09		40.948.993,09
697	Correções relativas ex. anteriores	32.564.341,17		5.574,19				32.569.915,36	16.612.151,37	15.957.763,99
698/9	Out. cust/perdas extraordinários	7.224.278,62	101.956,98	21.347,45	9.116,79			7.356.699,84	2.017.958,07	5.338.741,77
	<b>Resultados Extraordinários</b>	<b>-11.935.848,80</b>	<b>1.035.307,04</b>	<b>749.913,79</b>	<b>-9.116,79</b>	<b>220.067,18</b>	<b>-7.250.083,02</b>	<b>-2.689.594,56</b>	<b>115.832.472,95</b>	<b>-118.522.067,51</b>
		<b>107.082.458,81</b>	<b>1.137.264,02</b>	<b>776.835,43</b>	<b>-</b>	<b>220.067,18</b>	<b>23.409,89</b>	<b>109.193.215,55</b>	<b>151.864.531,52</b>	<b>-42.671.315,97</b>

Código das Contas Pocal	PROVEITOS E GANHOS	Município de Lisboa	EMEL	EGEAC	Gebalis	Lx Ocidental SRU	Ajustamentos	Consolidado 2016	Consolidado 2015	Varição
793	Ganhos em existências	246.460,93						246.460,93	75.920,03	170.540,90
794	Ganhos em imobilizações	22.436.826,30					5.091,94	22.441.918,24	76.936.098,19	-54.494.179,95
795	Benefícios penalidades contratuais	11.945.644,69					183.059,88	12.128.703,24	3.839.211,79	8.289.491,45
796	Reduções amortizações e provisões	44.222.936,16		34.698,30				44.257.634,46	9.556.601,28	34.701.033,18
797	Correções relativas ex. anteriores	20.385.064,08		62.238,72				20.447.302,80	35.545.476,46	-15.098.173,66
798/9	Outros proveitos ganhos extraord.	7.845.526,65	1.137.264,02	679.898,41		31.915,36	23.408,56	9.671.195,88	25.911.223,77	-16.240.027,89
<b>Total 79</b>		<b>107.082.458,81</b>	<b>1.137.264,02</b>	<b>776.835,43</b>	<b>-</b>	<b>220.067,18</b>	<b>23.409,89</b>	<b>109.193.215,55</b>	<b>151.864.531,52</b>	<b>-42.671.315,97</b>

s) Desdobramento das contas de provisões/ajustamentos acumulados e explicitação dos movimentos ocorridos no exercício;

(unidade: Euro)

Código das Contas POCAL	Rubricas	Saldo Inicial Consolidado	Aumento (custos)	Redução (proveitos)	Saldo Final
291	Provisões para Cobranças Duvidosas	108.739.446,89	7.133.958,88	7.222.118,33	108.651.287,44
392	Provisões para Depreciação de Existências	27.575,35			27.575,35
292	Provisões para riscos e encargos	212.864.857,16	74.939.515,81	39.616.717,42	248.187.655,55
49	Provisões para investimentos financeiros	732.266,01	88.946,86		821.212,87
<b>Total</b>		<b>322.364.145,41</b>	<b>82.162.421,55</b>	<b>46.838.835,75</b>	<b>357.687.731,21</b>

